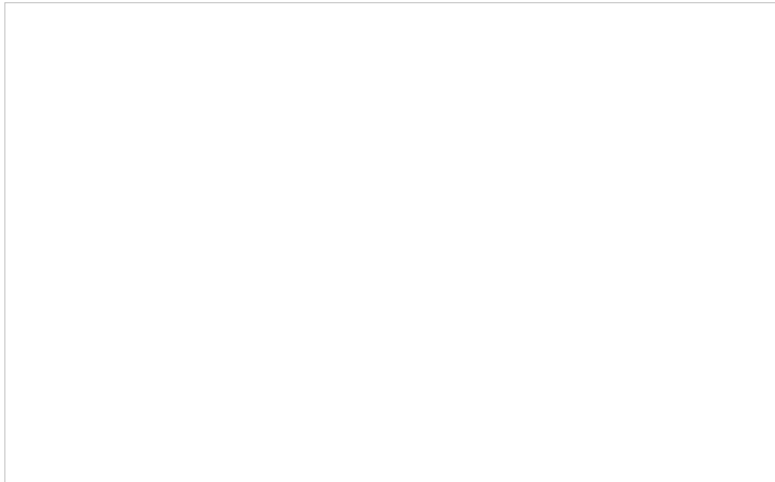


29/11/2018 15:04 - PGR diz que crimes cometidos por Pezão continuavam sendo praticados



A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, disse hoje (29), após a deflagração da nova fase da Lava Jato que resultou na prisão do governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (MDB), que o pedido do Ministério Público foi feito porque os crimes de corrupção e lavagem de dinheiro estavam em andamento.

"Um dos crimes é organização criminosa e as informações da Lava Jato são no sentido que esta organização continua atuando especialmente na lavagem de dinheiro, crime cometido após a corrupção para ocultar onde o dinheiro está", disse em entrevista em Brasília.

Diante da prisão de um governador em exercício, Dodge falou sobre a operação que tem como principal alvo Pezão, para "garantir a ordem pública, paralisando a prática de organizações criminosas em curso".

Segundo ela, foram identificadas treze infrações criminosas muito graves que continuavam sendo praticadas e "precisavam ser interrompidas".

Ao lembrar que o patrimônio público é composto por impostos pagos por todos os brasileiros, Dodge destacou a necessidade de dar resposta rápida à corrupção. "Por isso, este crime deve ser combatido com ênfase necessária para cessar atos de corrupção".

Além das prisões preventivas, Raquel Dodge lembrou que foram expedidos 30 mandados de busca e apreensão.

"Requeri várias medidas cautelares, de busca e apreensão e sequestro de bens para que haja o devido ressarcimento ao erário público", afirmou.

O valor sequestrado soma R\$ 39 milhões. "Tenho ressaltado a necessidade de recomposição do dano. É um dinheiro oriundo de impostos cobrados da população. Por esta razão que crimes dessa natureza são extremamente graves", argumentou.

De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), o governador do Rio cometeu crimes contra a administração pública, entre eles, corrupção e lavagem de dinheiro.

STJ expediu mandados de prisão

A ordem para que a Polícia Federal cumprisse este e outros oito mandados de prisão foi expedida pelo ministro relator do caso, Félix Fischer, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a um mês de terminar o mandato de Pezão.

"Houve uma sucessão de pessoas partícipes dessa organização criminosa e, mesmo depois das prisões dos que lideravam o esquema criminoso, houve nova liderança e neste sentido [as investigações] apontam para o atual governo do Rio que teria assumido essa liderança", disse.

O vice-governador Francisco Dornelles deve assumir o governo do estado do Rio de Janeiro.

Também foram presos nesta quinta-feira o secretário de Obras do Rio, José Iran, e operadores financeiros ligados a Pezão.

Outros alvos são Affonso Henriques Monnerat Alves da Cruz, secretário de Governo; Luiz Carlos Vidal Barroso, servidor da secretaria da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico, e Marcelo Santos Amorim, sobrinho do governador, Cláudio Fernandes Vidal, sócio da J.R.O Pavimentação; Luiz Alberto Gomes Gonçalves, sócio da J.R.O Pavimentação; Luis Fernando Craveiro de Amorim e César Augusto Craveiro de Amorim, ambos sócios da High Control.

Mesada de R\$ 150 mil, 13º salário e bônus

A operação tem como base a delação do economista Carlos Emanuel Carvalho Miranda, ex-operador do ex-governador Sérgio Cabral e delator premiado que detalhou o esquema que teria garantido uma mesada de R\$ 150 mil a Pezão, entre 2007 a 2014, período que era

vice-governador.

De acordo com Miranda, ele tinha direito a 13º salário e a dois bônus, cada qual no valor de R\$ 1 milhão.

Pezão também foi citado em delações do doleiro Álvaro José Novis e do ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ) Jonas Lopes de Carvalho Filho, que disse ter arrecadado R\$ 900 mil para pagar despesas pessoais do governador hoje preso.

O dinheiro teria vindo de empresas de alimentação com contrato com estado e da Fetranspor – Federação das Empresas de Transportes do Rio de Janeiro.

Um funcionário do doleiro Álvaro José Novis afirmou em uma delação que pagou propina de R\$ 4,8 milhões a Pezão. Edimar Dantas contou aos procuradores que foram cinco pagamentos em 2014 e 2015.

Os advogados Daniel Raizim e Fernanda Freixinho que fazem a defesa de Carlos Miranda, reafirmaram o compromisso do seu cliente de dizer toda a verdade com relação as operações de propinas que ocorriam no grupo liderado pelo ex-governador do Rio Sérgio Cabral. A defesa ratificou os termos da delação de Miranda “como sendo expressão da verdade, baseado em tudo que ele vivenciou na época que colaborava com o governo do estado”.

Perfil

Pezão é economista, tem 63 anos e nasceu no município de Pirai, no sul do Rio. Em 1982, assumiu o primeiro cargo, como vereador da Câmara Municipal de Pirai, posição que ocupou por dois mandatos. Em 1996, chegou à prefeitura de Pirai, eleito prefeito com 75% dos votos válidos. Foi reeleito quatro anos depois.

Foi subsecretário de Governo e Coordenação na gestão de Rosinha Garotinho. Em 2006, compôs a chapa de seu principal padrinho político, o ex-governador Sérgio Cabral, que também está preso. Com a vitória da chapa, Pezão assumiu o cargo de vice-governador e atuou ainda como secretário de Obras. Entre 2011 e 2014, continuou no cargo após a reeleição da chapa com Cabral.

Em abril de 2014, no último ano do governo, Sérgio Cabral renunciou ao cargo e Luiz Fernando Pezão assumiu a posição de governador. No mesmo ano, Pezão se candidatou ao governo do estado e, mesmo com a crise econômica anunciada no Rio, venceu a disputa eleitoral para governar até 2018.

Em 2016, Pezão foi diagnosticado com linfoma. O governador ficou afastado do trabalho por sete meses para tratar o câncer. Seu vice-governador Francisco Dornelles assumiu o cargo e, no mesmo período, decretou estado de calamidade pública, devido à crise financeira no estado. Em outubro de 2016, Pezão retornou ao governo do Rio e, além de enfrentar a questão econômica, precisou explicar para a Justiça as denúncias de corrupção que sofreu após Sérgio Cabral, seu parceiro político, ter sido preso.

Fonte: Carolina Gonçalves - Agência Brasil